

CERTEZAS DUVIDOSAS DA NOSSA ECONOMIA EM 2004

Edson Roffé Borges (1)

Fazer análise de conjuntura numa economia como a brasileira sempre implica numa grande dose de risco.

Risco político porque se é levado a oscilar entre o ufanismo dos crentes e o “catastrofismo” dos incrédulos de plantão, e acaba-se por desagradar a todos.

Primeiro devido a imprevisibilidade das previsões, sejam elas de toda ordem ou espécie. Segundo o fato da economia brasileira, que freqüentemente vive sob fortes emoções, acaba gerando falsas (e poucas verdadeiras) comoções, onde a rotina dos imprevistos acaba sendo uma das suas marcas registradas.

Risco ético, na medida que não se pode abrir mão do rigor científico, sob pena de se rasgar as bases teóricas que a formação acadêmica nos proporcionou, fazendo-se concessões de conveniências e circunstâncias.

Risco profissional, já que temos compromisso com a sociedade e com a imagem que cada um construiu ao longo da vida, com esforço, honestidade e coerência.

Mas, em que pese tudo isso, o risco vale a pena.

II – A QUESTÃO DO CRESCIMENTO

Diferentemente do que ocorreu em 2003, o quadro geral que vem sendo desenhado para o novo ano continua apontando para uma taxa de crescimento do PIB ao redor de 3%, alta se comparada com o que houve nos três últimos anos, porém muito baixa se considerarmos:

- a) – a taxa histórica de crescimento da economia brasileira, que no após guerra sempre, em média, se mostrou bem acima, excetuando os períodos de contração que se teve, por exemplo, no governo Collor, ou no início dos anos 80;
- b) – a necessidade urgente de aumento na riqueza nacional, sem o que ficará cada vez mais difícil melhorar a sua distribuição.

A se confirmar esse crescimento, certamente ele estará bem aquém também do que foi dito e prometido durante a campanha eleitoral, sobretudo depois de um minguido crescimento do PIB, que nem sequer conseguiu passar da barreira da vírgula, o que contradiz a previsão presidencial de que no segundo semestre teríamos um “espetáculo do crescimento”.

Para apostar na discreta retomada do crescimento em 2004, são considerados alguns pressupostos básicos, que incluem, entre outros, os primeiros benefícios da reforma fiscal e da Previdência (a depender também dos resultados das batalhas judiciais que estão por vir), a inflação em queda, as contas externas sem graves problemas, o aumento na entrada de recursos externos para investimento direto, as taxas de juros caindo para abaixo de 15% ao ano e a ampliação da poupança do setor privado para algo próximo de 25% do PIB (hoje está menos de 20%).

Nessa expectativa de crescimento já se inclui a participação do “agronegócio”, que em 2003, junto com os demais segmentos exportadores, puxaram o PIB, mas que ainda assim deixará um déficit alimentar a ser suprido via importação, incluindo alguns elementos da cesta básica.

Na realidade, a verdadeira retomada do crescimento econômico autosustentado só se dará quando forem estabelecidas as novas bases macroeconômicas do país (sem desprezar o que ocorre alhures, ainda carente de um novo “ciclo de crescimento e de um padrão de acumulação e reprodução ampliada do capital”), que não devem ser confundidas com as perfunctórias, agrados, regalos, concessões, privilégios garantidos ao “mercado” pelos “companheiros” no poder.

III – A QUESTÃO DO EMPREGO

Por conta dessa estimativa de crescimento da economia, é de se esperar que haja uma queda na taxa de desemprego geral da economia, que, a partir de outubro passado equiparou-se a pior situação havida há 18 anos passados, fruto do quadro recessivo que vive a nossa economia.

Mas não é apenas o crescimento econômico que poderá influir sobre o nível geral de emprego da economia. Os ajustes tecnológicos, organizacionais e produtivos, além da exposição da economia à concorrência externa, sem dúvida alguma têm peso significativo sobre a geração de emprego, seja ele formal ou não.

Nesse quadro geral, as opiniões da maioria dos analistas convergem para a expectativa de que o aumento do emprego, em ritmo desejável, só deverá ocorrer a partir do segundo semestre de 2004, desde que tudo mais continue constante. Porém uma coisa é certa: esse aumento se dará sobretudo em setores bem localizados e diferenciados, a considerar o atual nível de utilização da capacidade produtiva do país. Mas ainda assim, nada de espetacular, para isso basta analisar a exigência de investimento/emprego direto (e quanto se estima investir em 2004) e o mar de desempregados aguardando o primeiro (e o último) emprego.

IV – A TRAJETÓRIA DA TAXA DE JUROS

Ainda que os índices de preço continuem declinantes, confirmando uma trajetória de queda, que chega a surpreender pela sua velocidade, havia, até semana passada, um certo consenso entre os analistas e profissionais do mercado financeiro, que o Banco Central deverá manter o juro alto e a taxa de câmbio baixando.

Essa escolha se explica por ser o caminho mais rápido e direto que as autoridades monetárias dispõe para controlar os preços e, dessa forma, cumprir as metas de controle da inflação.

Nos primeiros momentos do novo governo, ficou evidente que ao recorrer ao aumento da taxa de juros, o governo procurava proteger a moeda de um forte ataque especulativo e ao mesmo tempo reduzia drasticamente o consumo, o investimento produtivo e atraía mais capitais especulativos, importantes para o equilíbrio das contas externas.

Agora, a manutenção de juros em 16,5% ao ano, para os CDI, sem dúvida serve para garantir um fluxo cambial positivo, e qualquer redução mais expressiva só é esperada para depois do segundo trimestre de 2004. Mas a expectativa é de que finde o ano em torno de 14%.

Mas jamais esquecer que uma queda expressiva na taxa de juros terá um reflexo retardado sobre o nível geral da produção e da demanda, que poderá variar de seis a doze meses. A recíproca não é verdadeira. Isto é: o nível de atividade produtiva reage com uma certa “inelasticidade” (lentidão) à uma queda na taxa de juros, porém ela tende a reagir “elasticamente” (mais rápida e proporcionalmente) aos aumentos do custo do dinheiro.

A geração de fluxo cambial positivo, via taxa de juros, se dará pelo diferencial entre a remuneração interna e o rendimento externo que poderão obter os capitais estrangeiros, que perambulam pelo mercado internacional.

Tudo aponta para a manutenção dessa vantagem, que já acontece há quase três anos, sobretudo depois que o Federal Reserve System reduziu drasticamente a taxa básica dos juros norte-americanos, por conta da preocupação com a queda das atividades produtivas, acelerada com as tragédias de 11 de setembro, o que em parte ajudou o crescimento da economia americana em 2003.

V – TAXA DE CÂMBIO

A manutenção do alto juro, apesar de manter um fluxo cambial positivo – pelo diferencial atrativo que possui aos investidores/especuladores externos –, serve para valorizar a moeda nacional. Some-se a isso o irracional e absurdo (mas esperado) aumento do câmbio na reta final do processo eleitoral de 2002. Mas não se pode esquecer que essa valorização foi obtida pela

combinação de vários fatores internos e externos, quase todos de duração limitada. Internamente teve-se o saldo comercial recorde, que pulou de U\$ 12 para U\$ 24 bilhões, a quase eliminação no “hedge” cambial, o fiel cumprimento dos compromissos financeiros, a redução na participação da dívida corrigida pelo dólar de 36% para 23% do total, a superação do já elevado superávit primário (4,5% do PIB), etc. Externamente, pesaram a desvalorização do dólar perante o Euro (17,5%), o aumento da credibilidade dos investidores no novo governo (que se refletiu diretamente na valorização dos títulos brasileiros e na acentuada queda no risco-Brasil, que despencou de 1.445 para 480 pontos) e o aval político conseguido lá fora e mantido aqui dentro.

A considerar-se tais conclusões, não será surpresa que a taxa de câmbio consiga se estabilizar ao redor de R\$ 3,00, admitindo-se a ausência de mudanças nos fundamentos macroeconômicos vigentes e a necessidade de se manter o estímulo à exportação. Mas, em contrapartida, já se prevê que o saldo comercial para 2004 deverá ser de U\$ 19 bilhões e o superávit estimado de U\$ 3,1 bilhões da conta corrente da balança comercial de 2003 deverá se transformar em um possível déficit de U\$ 3,80 bilhões em 2004 (2).

VI – UMA INFILAÇÃO ANUNCIADA

Entre as metas econômicas acordadas pelo Brasil com o FMI, se incluía uma taxa de inflação “gregoriana” de 8% para 2003, que acabou não se concretizando de todo, pois a realidade (8,71 % do IGP-M) superou o sonho, ainda que a diferença não tenha virado pesadelo.

Mas, como consolo já se percebeu que a direção vetorial dos preços segue firmemente declinante, por conta do receituário recessivo que tirou parcela expressiva do poder aquisitivo dos consumidores brasileiros.

A meta inflacionária anunciada para 2004 é de 4% e ela pressupõe, entre outras coisas, a manutenção de um expressivo superávit primário (que reduz os gastos públicos), limitações ao crédito, expansão monetária parcimoniosa, salários achatados, etc. Típico receituário monetarista, à “la Escola de Chigado”.

Em reforço a essa meta inflacionária anunciada, não se prevê nenhum choque de oferta agrícola, muito antes pelo contrário, e a queda e manutenção dos preços internacionais do petróleo (em parte garantida pela ação militar dos EUA na zona de produção) servirão de apoio adicional à estabilidade econômica nacional. No dia em que formos auto-suficientes na produção desse insumo, como tem sido freqüentemente anunciado, então nossa estabilidade doméstica ficará menos vulnerável às razões externas.

Mas ainda há outras importantes “âncoras” a segurar os preços: o reduzido poder aquisitivo da grande massa da “companheirada”, o alto custo do crédito direto ao consumidor, o elevado desemprego, a estranha queda nos movimentos sindicais reivindicatórios, a redução nos preços de alguns insumos básicos (trigo, cimento, etc.), o discreto aumento no preço dos combustíveis e lubrificantes, etc.

VII – ORÇAMENTO MÁGICO (?)

O governo tem anunciado, assim como seu antecessor, que vai respeitar rigorosamente o conjunto realista de receitas e despesas, no que se refere ao orçamento geral da União para 2004, cuja aprovação se deu às vésperas da quadra natalina, o primeiro feito à sua imagem e semelhança.

A preocupação das autoridades monetárias é fazer cumprir a meta de superávit primário do governo federal, fixada em 4,6 % do PIB para 2004, a fim de poder pagar ou rolar a sua dívida interna, atender as exigências do acordo com o FMI e cumprir o que exige a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Nessa linha de raciocínio, o próprio Congresso cortou muitas das emendas parlamentares, para garantir o custeio do novo salário mínimo (sobretudo nas contas da Previdência Social) e o reajuste salarial (parcial) para algumas categorias de servidores públicos, manteve a tabela do Imposto de Renda e não permitiu a divisão do bolo da CPMF com os estados.

O impacto do novo salário mínimo (???), a partir de abril de 2004, irá gerar despesas adicionais no orçamento da Previdência Social, do Seguro-desemprego e atender as exigências da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O impacto bruto do novo mínimo deverá alcançar a cifra de algo próximo a R\$ 1,56 bilhão, valor nada desprezível, como querem crer alguns parlamentares opositoristas, caso ele vá para R\$ 270,00/mês.

Some-se a isso os primeiros reflexos da reforma fiscal (os recursos da CIDE passam a ser retalhados com os estados, o financiamento do fundo de compensação, etc.) e da Previdência (fixação de tetos salariais para servidores, contribuição dos “velinhos” aposentados, integridade das aposentadorias limitada, etc.). Mas muito pouco ainda para melhorar o caixa geral da União (e dos estados também), principal finalidade das duas reformas.

Mas como ficará esse equilíbrio orçamentário num ano de eleições (plebiscitárias ??) no País ?

Por isso, se acredita que este será a prova de fogo da nova Lei de Responsabilidade Fiscal no novo governo, que, a prevalecer, servirá de dique aos gastos públicos gerais, em todos os níveis, que se dá sem controle e ampliado sobretudo em ano de eleição.

Esse novo orçamento contudo contraria a promessa de retomada do crescimento com geração de emprego, pois prevê apenas R\$ 11 bilhões para investimento líquido, mesmo se sabendo que gastos públicos correntes podem induzir o investimento privado e ao aumento do PIB.

Mas, afóra os componentes políticos, ideológicos e psicológicos e de outras ordens, o fim dessa discussão antiga só começará quando se recompor o poder de investimento do Estado brasileiro, que para isso exige, necessariamente, as tão prometidas “amplas, gerais e irrestritas” reformas tributárias, previdenciárias e fiscais. Mas isso talvez só a partir de 2007.

(1) – Vice-Presidente da Federação Nacional dos Economistas – FENECON –, Projetista e Consultor de Empresas (edsroffe@hotmail.com) .

(2) – Cenário econômico para 2004, obtido na última pesquisa semanal de mercado divulgada pelo Banco Central.

(*) – Publicado no jornal “Diário do Pará”, de 05.01.2004.